

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA DO 4º E 5º ANO NO ENSINO REGULAR NO CENTRO DE ENSINO IGARAPÉ DO MEIO- MA

INCLUSIVE EDUCATION: A STUDY OF THE INCLUSION PROCESS OF HEARING-IMPAIRED STUDENTS IN THE 4TH AND 5TH GRADES OF MAINSTREAM EDUCATION AT THE IGARAPÉ DO MEIO TEACHING CENTER – MA

EDUCACIÓN INCLUSIVA: UN ESTUDIO DEL PROCESO DE INCLUSIÓN DE LOS ALUMNOS CON DISCAPACIDAD AUDITIVA DE 4º Y 5º GRADO EN LA ENSEÑANZA REGULAR EN EL CENTRO DE ENSEÑANZA IGARAPÉ DO MEIO - MA

Perez Silva Gomes de Andrade Santos¹

RESUMO: Ultimamente, mesmo com as leis que regem a Educação Inclusiva, percebe-se que o acolhimento de crianças com necessidades educacionais especiais ainda é um grande desafio. Partindo desse ponto, buscou-se conhecer a realidade atual da inclusão de alunos surdos no Centro de Ensino Igarapé do Meio, no Maranhão. Este estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental com deficiência auditiva no Centro de Ensino Igarapé do Meio (MA), a fim de compreender os aspectos e fatores que contribuem para a integração desses estudantes em turmas regulares. Para isso, procurou-se observar, na escola pesquisada, como se dá a inclusão de alunos com deficiência auditiva. Foi realizada uma visita à escola e aplicou-se um questionário a 4 (quatro) professores. Verificou-se que os docentes das turmas regulares, além de não possuírem formação específica em Libras, não dominam a Língua de Sinais. Observou-se, ainda, que, na maioria das vezes, desconhecem informações básicas consideradas fundamentais para o bom desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva.

Palavras-Chave: Inclusão. Deficiência auditiva. Educação Especial. Ensino Regular.

ABSTRACT: Lately, even with the laws that govern Inclusive Education, it is evident that welcoming children with special educational needs remains a major challenge. From this standpoint, the study sought to understand the current reality of the inclusion of deaf students at the Igarapé do Meio Teaching Center, in Maranhão. This study aimed to analyze the inclusion process of 4th- and 5th-grade elementary school students with hearing impairment at the Igarapé do Meio Teaching Center (MA), in order to understand the aspects and factors that contribute to the integration of these students into mainstream classes. To this end, the study observed, in the investigated school, how the inclusion of students with hearing impairment takes place. A visit to the school was conducted, and a questionnaire was administered to four (4) teachers. It was found that teachers in mainstream classrooms, in addition to lacking specific training in Brazilian Sign Language (Libras), do not master sign language. It was also observed that, in most cases, they lack basic information considered fundamental for the proper development of students with hearing impairment.

Keywords: Inclusion. Hearing impairment. Special Education. Mainstream Education.

¹Formada em Pedagogia - Pós em Alfabetização e Letramento -Mestranda em Ciências da Educação, UAA - Universidad Autónoma de Assunción.

RESUMEN: Últimamente, incluso con las leyes que rigen la Educación Inclusiva, se percibe que la acogida de niños con necesidades educativas especiales sigue siendo un gran desafío. Partiendo de este punto, se buscó conocer la realidad actual de la inclusión de estudiantes sordos en el Centro de Enseñanza Igarapé do Meio, en Maranhão. Este estudio tuvo como objetivo analizar el proceso de inclusión de los alumnos de 4º y 5º grado de la Enseñanza Fundamental con discapacidad auditiva en el Centro de Enseñanza Igarapé do Meio (MA), con el fin de comprender los aspectos y factores que contribuyen a la integración de estos estudiantes en clases regulares. Para ello, se procuró observar, en la escuela investigada, cómo se lleva a cabo la inclusión de alumnos con discapacidad auditiva. Se realizó una visita a la escuela y se aplicó un cuestionario a 4 (cuatro) profesores. Se verificó que los docentes de las clases regulares, además de no contar con formación específica en Libras (Lengua Brasileña de Señas), no dominan la lengua de señas. Asimismo, se observó que, en la mayoría de los casos, desconocen información básica considerada fundamental para el buen desarrollo del alumno con discapacidad auditiva.

Palabras clave: Inclusión. Discapacidad auditiva. Educación Especial. Enseñanza Regular.

INTRODUÇÃO

A escolha por este tema advém do fato de por vezes presenciar situações onde há ainda uma grande dificuldade de comunicação por parte dos professores quando se deparam com alunos com necessidades especiais, em especial a deficiência auditiva. E essa falta de comunicação, atrapalha o desenvolvimento do aluno surdo, uma vez que este aos poucos, pela dificuldade de comunicação existente, vai perdendo a vontade de participar das aulas, excluindo-se do grupo e até mesmo da sociedade.

A inclusão dos indivíduos com deficiência atualmente, no Brasil, é um desafio. Neste grupo enquadram-se os sujeitos surdos. Muitas inquietações surgem dentro deste campo de pesquisa. Várias são as dificuldades ou problemas que entram o processo que tenta facilitar a inclusão dos surdos e deficientes auditivos do ponto de vista social e cultural. Nesse ponto, destacam-se como variáveis, a falta de comunicação oral, que prejudica sensivelmente o aprendizado, como também a aplicação de metodologias não contextualizadas com a realidade sociocultural do aluno. Não se pode desprezar, ainda, a falta de preparo da maioria dos educadores que atuam nessa área. Do ponto de vista social, as dificuldades se dão em função do despreparo dos educadores atuantes em classes de ensino regular.

As discussões que hoje permeiam o processo educacional de alunos com deficiência voltam-se para que as ações educativas que se façam assentadas nos pressupostos de uma educação inclusiva, implicando na formação de um professor cujo perfil de atuação seja compatível com a evolução dos conceitos educacionais que hoje apontam para a educação desse segmento escolar.

Entretanto, uma atenção maior tem se voltado para os surdos nas últimas décadas, objetivando garantir direitos que atendam às suas necessidades, em seus vários aspectos, direitos esses que anteriormente lhes foram negados. Mesmo existindo leis assegurando o suporte necessário a esses indivíduos surdos, ainda existem muitos deles que não desfrutam desses benefícios.

O objetivo dessa investigação é analisar o processo de inclusão dos alunos do 4º e 5º ano com deficiência auditiva no Centro de Ensino Igarapé do Meio na cidade de Igarapé do Meio-MA. Tendo por específicos: compreender a educação especial no contexto educacional brasileiro; identificar as formas de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola pesquisada e analisar os mecanismos de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola campo, identificando limites e perspectivas deste processo de inclusão.

MÉTODOS

De forma notória, esta pesquisa desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativo-descritiva, onde usou-se como instrumento de pesquisa questionários diversos, sendo aplicados em igual sequência ao Gestor da escola campo de pesquisa, 04 (quatro) professores e 03 (três) pais de alunos com deficiência auditiva que estudam na escola anteriormente citada, totalizando uma amostra de 8 (oito) pessoas. Suas identidades serão preservadas, atribuindo-lhes assim, identidade fictícia. Ressalta-se ainda que antes da aplicação dos questionários foi apresentado aos envolvidos na pesquisa o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde estão descritas informações pertencentes à pesquisa e onde o questionado após a leitura do documento e se concordando com os termos nele descritos aceita a sua participação de forma livre.

3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de inclusão de alunos com deficiência tem sido amplamente discutido, mas observa-se que a maioria do alunado continua fora dela. Partindo dessa análise, buscou-se conhecer a realidade atual da educação inclusiva na cidade em questão, onde se percebe que houve um avanço nos últimos anos, mas que ainda há muito a ser feito, pois além de um espaço adequado, a escola precisa estar preparada para receber esta clientela, não só fisicamente, mas também com profissionais habilitados para melhor atender as habilidades destes alunos.

Ressalta-se ainda que o conceito de inclusão em sua evolução sociohistórica aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade, ou seja, buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano, e, sobretudo, as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar. Sendo assim, a inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

A história sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência, tem como pressuposto a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que assegura em seu art.1º: “[...] que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Unesco, 2000).

Nesse âmbito, esse artigo garante aos sujeitos plenos direitos, sejam eles: civis, econômicos, sociais e culturais. Sendo assim, esses benefícios constituem requisitos básicos para a construção e manutenção da dignidade humana.

A mesma declaração, também contempla o seguinte tripé: igualdade, liberdade e individualidade. Isto porque, as ações de cidadania são voltadas aos seres humanos e dizem respeito à diversidade e às suas especificidades para uma possível construção de contextos sociais inclusivos. A base do conceito de igualdade é a própria diferença, ou seja, o respeito à diversidade como um todo.

Na declaração, em seu Art. 26 fica explícita a garantia de que “[...] todas as pessoas têm direito a educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental”. Assegura, assim, ao sujeito com deficiência, o direito à liberdade, à educação, ao desenvolvimento e, principalmente, a uma vida digna. Conforme aponta o documento do MEC de 2004, que trata da declaração:

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos. (Brasil, 2004, p.7).

Observa-se assim, que o objetivo da política inclusiva, diz respeito, a constituição de contextos sociais inclusivos, ou seja, na escola ou em qualquer outro ambiente social, desde que as pessoas com deficiência tenham as mesmas possibilidades que as demais,

especialmente, acesso à educação. Para que isso ocorra, faz-se necessário que a identidade pessoal e social do sujeito seja respeitada, pois essa é construída por meio das relações sociais entre os sujeitos ao longo de sua vida.

De acordo com Moura, (2020) com a volta da Família Real para Portugal após a independência do Brasil, o Imperador D. Pedro II, que ficou como substituto de D. Pedro I até completar a maioridade (com seus sucessores) fundou o primeiro Instituto para Surdos em 1856 no Rio de Janeiro, inspirado pelo francês Edward Huet (que era surdo) e que veio especialmente ao Brasil - a pedido do Imperador - para trabalhar na educação dos surdos brasileiros.

Mazzota (2021) complementa que este instituto recebeu o nome de Instituto de Surdos-Mudos segundo a Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857. Em 1957, cem anos após sua fundação, pela Lei nº 3198, de 6 de julho, passaria a denominar-se como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

A metodologia utilizada para o ensino das matérias básicas, português, matemática, história, geografia e a LOF (conhecida na época como linguagem articulada), segundo o próprio Huet era a Língua de Sinais e a escrita da língua do país de origem; já que ele havia estudado com Clerc na França, no Instituto Nacional para Surdos-Mudos. Sua educação foi por meio da Língua de Sinais, assim ele resolveu aplicar esse mesmo método no INES. Foi considerado o primeiro educador surdo a introduzir a Língua de Sinais Francesa aqui no Brasil. “Ele permaneceu no Instituto por quatro anos e mudou-se para o México, onde também fundou uma escola para surdos” (Moura 2020).

A partir de 1930, outro diretor assumiu o governo do INES, conhecido como Dr. Armando Paiva de Lacerda que tinha como intuito normalizar o surdo de uma vez por todas, pois acreditava que a surdez era uma doença e deveria ser curada de alguma forma. Então, em 1942 o INES foi modernizado com o auxílio de uma equipe médica, contendo, fonoaudiólogos, psiquiatras e psicólogos, para medir os limiares auditivos e linguísticos, para analisar a saúde mental e psicológica dos alunos surdos. Com o objetivo de integrar ou incluir o surdo na sociedade, mas para que isso ocorresse era necessário analisar sistematicamente o aluno surdo, para somente depois incluí-lo entre os ouvintes, “pois eles poderiam representar um perigo à sociedade ouvinte e esta tinha receio do que poderia acontecer com os surdos revoltados pela imposição da língua oral”. (Moura, 2020).

Segundo Mantoan (2016), “na escola inclusiva, o aluno é sujeito e foco principal de toda ação pedagógica dirigida pelo professor, que o auxilia educacionalmente em todas as suas

necessidades.” A escola faz também o acompanhamento de seus familiares e da comunidade a qual o sujeito pertence, esse fator é imprescindível para o seu desenvolvimento, seja cognitivo ou social. Dessa forma, o mesmo acontece com o aluno com surdez, ele precisa de todo aparato pedagógico e social para que possa sentir-se e ser efetivamente inserido na educação regular.

A inclusão do aluno surdo no ensino regular é, portanto, determinante para o seu desenvolvimento enquanto partícipe de um contexto sociocultural, pois valida o comprometimento do real propósito escolar. Sabemos que o aspecto fundamental para o desenvolvimento do homem, principalmente quando reporta déficits como o caso em estudo, já que implica grandes dificuldades de interação devido o comprometimento da perda auditiva, pois esta acarreta pouca ou nenhuma socialização com as pessoas ouvintes e, portanto, necessitam de intervenções pedagógicas, familiares e sociais para ser agradável necessária e socializadora, sua participação com o mundo que o cerca.

A inclusão representa, portanto, um grande desafio para as escolas que estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades destes alunos, adotando uma metodologia com ênfase na aprendizagem desta clientela.

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia subjacente nesse princípio é a de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, independentemente de sua condição física, social, emocional, linguística ou de outro tipo.

É pertinente afirmar que, a propriedade do trabalho científico torna-se bem mais produtiva, quando se consegue ouvir opiniões. No caso deste artigo foram investigados, o Gestor da escola campo, 4 (quatro) professores e 03 (três) pais de alunos deficientes auditivos. Os resultados apresentam-se a seguir:

Quando questionado (Gestor) sobre como define a Educação Inclusiva, o mesmo respondeu que “se trata de uma educação voltada para a cidadania de um modo geral”.

A educação inclusiva aos poucos estruturou uma nova forma de olhar a Educação, criando uma escuta mais precisa de cada criança, na medida em que tem como uma de suas prioridades atenderem às necessidades de aprendizagem das mesmas, assim como de jovens e adultos, fazendo deste modo crescer o direito dos portadores de deficiência no processo educacional (Fonseca, 2015, p. 59).

Quando questionado se a escola disponibiliza cursos de educação profissional, a resposta infelizmente foi “Não”. Contudo, mesmo a escola campo não, segundo o gestor, disponibilizar

cursos de formação educacional profissional para a área da inclusão, é relevante evidenciar aqui que no processo de atuação na educação especial, o professor deve possuir requisitos como conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, fundamentais como suporte da sua formação inicial e continuada.

Ainda em continuidade ao questionário, perguntou-se ao Gestor se os professores que trabalham com os alunos com deficiência possuem formação profissional continuada para trabalhar com os alunos, e mais uma vez segue outra resposta negativa, ou seja, “não”, os professores não possuem tal formação.

Perguntou-se ainda sobre quais as dificuldades relatadas pelos professores em relação à educação profissional de pessoas com deficiência? Obteve-se como respostas: “falta de formação e recursos adequados”. São grandes os desafios que o profissional docente enfrenta, mas manter-se atualizado e desenvolver práticas pedagógicas eficientes, são as principais.

E finalizando o questionário, perguntou-se ao gestor se ele considera a instituição na qual trabalha inclusiva. Ele respondeu que “não” e ainda justificou a existência de tal fato pela falta de materiais de apoio e mais uma vez citou a questão de profissionais não preparados para trabalhar o público da educação especial.

Dando continuidade à apresentação dos resultados da pesquisa, evidencia-se a seguir o questionário aplicado aos docentes da escola pesquisada. Sendo assim, perguntou-se a eles se há e quais dificuldades em trabalhar com o aluno surdo. As respostas foram as seguintes: (Professor 1) “ sim! Comunicação, comportamento, orientação e entendimento aos gestos”; (Professor 2): “Sim! Comunicação e compreensão”; (Professor 3): “Sim, comunicação, haja vista que é minha primeira experiência em sala de aula”. (Professor 4): Sim, comunicação, a falta de recursos didáticos”. Observa-se então, que a comunicação, foi citada por todos os docentes como sendo a principal dificuldade encontrada para a efetivação do trabalho pedagógico com alunos com deficiência auditiva. A comunicação é a primeira das várias barreiras que o professor encontra quando se depara com um aluno surdo em sua sala de aula. Porém, independente de qualquer coisa, é preciso que o professor conheça as reais necessidades do aluno para que ele possa acreditar e ter mais confiança no seu trabalho.

Quando questionados sobre quais recursos e estratégias utilizam para trabalhar com o aluno surdo, obtiveram-se as seguintes respostas: (professores 1 e 2): “fotografias, gravuras, aulas gesticuladas, cartazes ilustrativos. (O professor 3): utiliza-se de estratégias como: “livros didáticos, quadro negro e como estratégia, procuro falar bem devagar, compassadamente para

que o aluno possa fazer a leitura labial”. Já o professor 4 respondeu que “procura sempre confeccionar cartazes com gravuras e que tenha ligação com o assunto a ser estudado, falo bem devagar para que o aluno compreenda melhor.

Quando questionados sobre como acontece a comunicação dos alunos ouvintes com os alunos surdos, (os professores 1,2,3, e 4) disseram que tal comunicação se efetiva por meio de “gestos e mímicas”. É a forma tradicional de comunicação para com esse público, principalmente entre as crianças, haja vista que não possuem nenhum tipo de formação ou curso, até porque a idade não permite, para que se entenda a correta forma de comunicação entre ouvintes e alunos com deficiência auditiva.

Quando questionados da opinião acerca da importância do intérprete de libras no processo de construção do aluno surdo. (O professor 1 e 2) responderam da seguinte forma: “é importante para a efetivação da comunicação do aluno com o professor e assim facilitar a aprendizagem”. (Professor 3): “é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem”. (Professor 4): “ possui importância extrema, pois ele é o profissional que possibilitará a comunicação entre todos na sala de aula.

Dando início ao questionário (pais), perguntou-se a eles se se sentem preparados para lidar com as dificuldades enfrentadas pelos filhos em decorrência da deficiência. Disseram em unanimidade que “não”. De início tais respostas são preocupantes, embora, terem tido a coragem de assumir a falta de preparo. A falta de preparado pode até existir, mas o que deve prevalecer é o amor para com essas crianças. Independentemente de qualquer coisa, a família deve acolher, por mais difícil que pareça, de forma igualitária, sem distinção, haja vista que o aluno da Educação Especial é tão especial quanto qualquer pessoa.

Quando questionados depois de quanto tempo de nascido, descobriram a deficiência do filho. (Pai 1: “1 ano”; Pai 2: “8 meses; Pai 3: “1 ano e dois meses”).

Com base nas respostas, é pertinente versar que quando um dos membros da família nasce surdo, isso gera reações traumáticas, tensão, necessidade e ansiedade, possibilitando o surgimento de conflitos e até mesmo a desintegração familiar. Daí a importância dos pais, na descoberta da surdez do filho, aprenda a lidar com as alterações e que também compartilhe com outras pessoas que também passam pela mesma situação.

Quando questionados se seus filhos fazem tratamento ou algum tipo de terapia. Os (pais 1 e 3): disseram que “não”, já o (pai 2) respondeu que “sim”. Surgem então questionamentos a respeito de tais respostas, será que os pais que deram resposta negativa não fazem por falta de

recurso financeiro ou por falta de assistência por parte da saúde (SUS) e quando oferecem, é de forma precária ou simplesmente porque não estão nem aí para o problema de seus filhos? Essa é uma questão que em outra oportunidade estudaremos, haja vista que tais questionamentos não compuseram este questionário.

Finalizando a maratona de questionários (pais), perguntou-se a eles se seus filhos já sofreram discriminação por causa da deficiência. Todos eles responderam que “sim”. Lembrando que o questionamento foi feito de forma geral.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu perceber que para se desfrutar da inclusão escolar é necessário que haja mudanças na sociedade, para que as pessoas com deficiência sejam vistas como cidadãos normais. E que fatores como reestruturação no sistema de ensino, formação de profissionais competentes, interdisciplinaridades, são determinantes na ação da inclusão.

Tal pesquisa consentiu ainda perceber que o trabalho com a Educação Inclusiva deve estar ligado com a disposição da escola em receber alunos com deficiência. É papel do professor desenvolver os aspectos físico e mental do seu aluno, promover a interação dele com os outros colegas, adaptar atividades para que este aluno participe das aulas, mas a escola tem a missão motivadora que é a de criar as condições para que o educador possa fazer a sua parte de forma contempladora. A contribuição do processo de inclusão não traz conhecimentos só para alunos com necessidades especiais, mas traz experiências também para colegas e professores.

Para se desfrutar da inclusão escolar é necessário que haja mudanças na sociedade, para que deficientes sejam vistos como cidadãos normais. Fatores como reestruturação no sistema de ensino, formação de profissionais competentes, interdisciplinaridades, são determinantes na ação da inclusão. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê um Estado cidadão, que elimine as barreiras do preconceito e da exclusão social, apostando na escola como disseminadora dessa ideologia. No entanto, percebe-se que do discurso à prática a distância é imensa, pois as escolas parecem que ainda não entenderam o real sentido do termo inclusão, nessa nova sociedade em constante transformação.

Por fim, cabe ressaltar que adotar uma postura que torne a educação para todos é algo que deve ser sentido e vivido concretamente, pois trata-se de uma expressão de sociedade e cidadania. A prática escolar com uma atitude inclusiva prima pelas interações, pelo convívio em grupo, pelas trocas de experiências e pela construção e vivências de valores, configurando-

se em um cenário que vai além da aquisição de conhecimentos e atinge a constituição de uma identidade aberta e acolhedora da pluralidade e diversidade.

Com esta pesquisa percebeu-se que a gestora questionada tem conhecimento do significado da palavra Educação Inclusiva; a escola campo de pesquisa não disponibiliza curso voltado para a educação profissional para a área da inclusão, que levem os profissionais a aprenderem para a diversidade. Ainda de acordo com o gestor da escola pesquisada, os professores que trabalham com alunos com deficiência, não possuem formação profissional continuada para trabalhar com esses alunos, sendo a formação um dos principais componentes para o diferencial na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Em relação às metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula, que abrangem todos os alunos, os professores fazem de tudo para que o processo de ensino e aprendizagem de efetive, porém, os recursos da escola são escassos.

Outro fator que chamou muito a atenção, foi o fato de a escola não possuir Projeto Pedagógico- PP, sendo ele prática social, se constitui historicamente, naquilo que os educadores produzem nas escolas, como expressão de suas escolhas alternativas e dos embates que se apresentam.

Em relação às dificuldades encontradas pelos professores em relação à educação profissional para com alunos com deficiência, a falta de formação e recursos adequados foram citados. O gestor ainda disse que a escola não trabalha de forma inclusiva, citando como motivo, a falta de material de apoio e falta de preparo para trabalhar com o público da Educação Especial.

Em relação aos professores da escola campo de pesquisa, esses relataram que a comunicação é um dos principais fatores que dificultam o processo de ensino de alunos surdos, contudo, apesar de tal dificuldade e por ela, utilizam-se de fotografias, gravuras, cartazes ilustrativos, fala compassada como estratégia para trabalhar com o aluno surdo.

No que diz respeito à comunicação dos alunos ouvintes com o aluno surdo, a comunicação se efetiva por meio de gestos e mímicas, comunicação tradicional para esse público.

Nenhuns dos professores questionados possuem formação em libras, o que confirma a resposta do gestor, apresentada anteriormente. Fato crítico e triste, pois se sabe que é de suma importância e necessidade que alunos especiais devem ser assistidos educacionalmente por profissionais qualificados, uma vez que a qualificação favorece a comunicação em sala de aula,

bem como o pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. E disseram também não se sentirem preparados para trabalhar com essa realidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 2004.
- FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 2021.
- MOURA, M.C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2020.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2016.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 2000.